

Hemisfério em Transformação:

Novas Dimensões na Relação entre os Estados Unidos e a América Latina

Haroldo Ramanzini Júnior

Filipe Almeida do Prado Mendonça

Como citar: RAMANZINI JÚNIOR, H.; MENDONÇA, F. A. D. P. Hemisfério em Transformação: Novas Dimensões na Relação entre os Estados Unidos e a América Latina. *In*: THOMAZ, L. F.; MATHIAS, S. K.; OLIVEIRA, M. F. D. (org.). **Diálogos sul-americanos** : 10 anos da política exterior. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p.45-61. DOI: <https://doi.org/10.36311/2015.978-85-7983-594-0.p45-61>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

CAPÍTULO 2

**HEMISFÉRIO EM TRANSFORMAÇÃO: NOVAS
DIMENSÕES NA RELAÇÃO ENTRE OS ESTADOS
UNIDOS E A AMÉRICA LATINA**

Haroldo Ramanzini Júnior
Filipe Almeida do Prado Mendonça

O cenário político, econômico e social da América Latina passa por importantes transformações. A desilusão com a crença de que as forças do mercado seriam o instrumento de superação da pobreza abriu caminho para a emergência ao governo de alguns países da região de dirigentes políticos que, ao criticarem aquela crença e o sistema internacional a ela relacionado, buscam revigorar o papel do Estado. O esgotamento de um ciclo econômico marcado pela idéia de liberalização dos mercados e o fortalecimento da lógica política nacional são questões importantes dos anos 2000. Ao mesmo tempo, aspectos como o questionamento da centralidade dos Estados Unidos no âmbito hemisférico e global, a valorização das commodities agrícolas e minerais, o aumento dos investimentos e do comércio com a China e a intensificação dos fluxos de comércio intra-regional, potencializam o ritmo das mudanças, na medida em que viabilizam maior margem de manobra para os países da América Latina, entre outras questões, em termos de estratégias de política externa.

Estas transformações perpassam diferentes aspectos das dinâmicas regionais, incluindo aspectos econômicos e políticos. Desde o início dos anos 1990, com a Iniciativa para as Américas, passando pelas reuniões de Cúpula das Américas de Miami (1994), pelas ministeriais de Denver (1995), Cartagena (1996), Belo Horizonte (1997), San José (1998), Toronto (1999), Buenos Aires (2001), Quito (2002) e Miami (2003), estava claro que as negociações hemisféricas, na perspectiva colocada pela agenda norte-americana, teriam dificuldades. Mas é na Conferência de Cúpula das Américas de Mar del Plata, em 2005, que as negociações da ALCA são adiadas sine die. Vários fatores contribuíram para isso, inclusive, a limitada flexibilidade norte-americana para negociar determinados temas, a articulação entre Brasil e Argentina, mas vale destacar que a composição política de parte da América Latina nos anos 2000, em boa medida diferente da década anterior, passou a priorizar novas interfaces nas relações hemisféricas. Tal dinâmica contribuiu para o fortalecimento de projetos autônomos, alguns deles sem a presença dos Estados Unidos, que enfatizavam aspectos de cooperação para além dos temas econômicos, buscando projetar uma nova agenda e identidade cooperativa latino e sul-americana, ainda não totalmente definida. Além disso, as transformações hemisféricas são influenciadas por novas dinâmicas estruturais presentes no sistema internacional. Vale destacar que o 11 de setembro de 2001 e suas conseqüências fizeram com que o engajamento norte-americano na região se enfraquecesse (HAKIM, 2006).

Os anos 2000, portanto, se mostram especialmente relevantes para a análise das relações interamericanas por representar um relativo esvaziamento dos projetos liberais da década de 1990 e a ascensão de novos movimentos. A falência das negociações da ALCA, as perspectivas dos chamados projetos pós-liberais de integração, o desengajamento norte-americano na região após os atentados de 2001 e a ascensão de projetos políticos vinculados a alguns governos de esquerda na América do Sul trouxeram conseqüências na maneira como os países da região visualizam a relação com os Estados Unidos. Estes desdobramentos, de modo geral, apontam para um hemisfério em transformação, com relativa perda de influência dos Estados Unidos, embora, como veremos, sua presença não possa ser

ignorada continuando muito forte em alguns países e sub-regiões específicas do hemisfério.

O artigo está dividido em três partes, além desta introdução. A primeira aponta os limites das propostas de integração econômica prevalente nos anos 1990 e apresenta os aspectos políticos e de autonomia regional prevalente em alguns processos dos anos 2000. A segunda aponta os novos temas na agenda política e econômica do hemisfério. Por fim, apresentamos algumas considerações finais.

A DIMENSÃO POLÍTICA, A ÊNFASE NA AUTONOMIA REGIONAL E O QUESTIONAMENTO DA AGENDA DE LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL

A motivação do intercâmbio econômico enquanto elemento central da integração regional, prevalente nos anos 1990, atualmente não é a única força motriz dos movimentos de cooperação entre os países da América do Sul e Latina. A dimensão política e a ênfase no fortalecimento da autonomia nacional e regional passam a ser questões centrais de alguns desses processos, fruto também da percepção que a integração e a cooperação regional exigem determinadas ações que o mercado não realiza. Os aspectos econômicos não são desconsiderados, mas busca-se contextualizá-los a partir de uma perspectiva mais ampla, que leva em consideração outras variáveis, que trazem também novos desafios.

Alguns autores têm utilizado a noção de regionalismo pós – liberal (SANAHUJA, 2009; SERBIN, 2011) de modo a destacar a especificidade dos atuais processos de integração, como a União de Nações Sul – Americanas (UNASUL), a Aliança Bolivaria para as Américas (ALBA) e a Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos (CELAC), apesar das suas diferenças, ou mesmo de modo a captar as mudanças por que passam processos que se iniciaram anteriormente, como o Mercado Comum do Sul (Mercosul), representadas pela criação do Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) e do Parlamento do Mercosul (Parlasul). Nesse contexto, parte importante da agenda das relações interamericanas deixa de ser pautada majoritariamente pelos interesses econômicos e de segurança dos Estados Unidos e passam a refletir novos projetos e objetivos, alguns deles concorrentes às políticas de Washington.

Observa-se o surgimento ou a consolidação de novas instâncias de governança regional latino – americana numa perspectiva distinta de organismos hemisféricos existentes, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Junta Interamericana de Defesa.

Apesar de elementos históricos e culturais serem comuns a alguns países da América Latina, assim como o desafio de projetar políticas de desenvolvimento que diminuam as injustiças sociais e a pobreza, há heterogeneidades importantes no que se refere à estabilidade política e institucional, crescimento, intercâmbio econômico, dimensão territorial e estratégia de desenvolvimento, com conseqüências para os objetivos de política externa, inclusive, na relação com os Estados Unidos. Em geral, os países da América Central e do Caribe, apesar de Antigua e Barbuda, República Dominicana, Nicarágua, São Vicente e Granadinas serem membros da ALBA, continuam fortemente dependentes da relação com os Estados Unidos, situação reforçada com o Acordo de Livre Comércio da América Central e República Dominicana (CAFTA-DR). Ou seja, há questões objetivas e ligações históricas e geográficas que condicionam parte da ação desses países. Talvez, o caso do México seja emblemático nesse sentido. Na América do Sul a situação é diferente, mas também há variações importantes, sendo a Colômbia e a Venezuela representantes de duas perspectivas distintas. O Brasil torna-se um interlocutor cada vez mais indispensável. Há diferentes níveis de influência e diferentes formas de relação com os Estados Unidos na região (PECEQUILO, 2010; LOWENTHAL; WHITEHEAD; PICCONE, 2011).

A eleição de Hugo Chávez em 1998 foi um aspecto importante para o surgimento de novas perspectivas de cooperação e integração regional. Sua plataforma incluía políticas assertivas, como o aumento do pagamento de royalties e fortalecimento da PDVSA com o objetivo de transferir os recursos do setor petrolífero para outros setores da sociedade (CARMO; PECEQUILO, 2012, p. 21). Portanto, os Estados Unidos possuíam papel central no projeto venezuelano, já que são responsáveis por grande parte da compra de seu petróleo. Mesmo com o agravamento da relação entre os dois países depois da tentativa de golpe em 2002, que teria contado com apoio dos norte-americanos, o governo venezuelano não rompe a venda de

petróleo para os Estados Unidos. Entretanto, em termos políticos e ideológicos, o distanciamento parecia irreconciliável. Como desdobramento natural de tais constatações, a opção regional também esteve presente na política externa venezuelana, e passa a ser enfatizada ainda mais depois do episódio de 2002. Vale destacar a criação da “Aliança Bolivariana para as Américas” (ALBA), projeto defendido por Chávez. Além da ALBA, Chávez procurou se aproximar do governo brasileiro, razão que leva a Venezuela a uma aproximação do Mercosul até se tornar membro permanente do bloco em 2012.

O impacto regional da economia venezuelana e os acordos de cooperação com os países vizinhos e do Caribe contribui para colocar o país como um importante ator regional. De acordo com Carmo e Pecequillo (2012) a Venezuela estaria se tornando um pólo de poder relevante na região. Em 2007, John Negroponte, diretor de Inteligência Nacional dos Estados Unidos, afirmou que a Venezuela está entre as lideranças mais anti-americanas do mundo “[...] *and will continue to try to undercut U.S. influence in Venezuela, in the rest of Latin America, and elsewhere internationally.*” (SULLIVAN; OLHERO, 2008, p. 28). Para uma parte dos atores domésticos norte-americanos, os projetos de integração no Cone Sul e na América do Sul possuem diferenças significativas se comparado com projetos similares em outras partes do globo, por exemplo, na Ásia onde estariam mais vinculados à lógica comercial (KLONSKY; HANSON, 2012).

As novas iniciativas regionais contaram com o protagonismo de Brasil e da Venezuela. Mas além de Lula e Chávez, é importante destacar a eleição de Néstor Kirchner na Argentina em 2003 e Tabaré Vázquez no Uruguai, em 2005, governos de centro-esquerda que também adotaram certa postura de contestação em relação às políticas dos Estados Unidos para a região. Segundo Sergio Bendixen, presidente da Bendixen & Associates, em Hearing no Congresso norte-americano, “*The Governments of Argentina, Brazil, Uruguay and Paraguay have been more careful about their rhetoric and even their policies, but they have worked to diminish our power and influence in the region.*” (COMMITTEE ON FOREIGN AFFAIRS, 2009, p. 16).

Em linhas gerais, existem diferenças importantes na estratégia venezuelana e brasileira para a região. Para Serbin (2009, p. 147-148), a estratégia chavista “[...] es una visioín geoestratégica y militar, cargada de

elementos ideológicos [...]”, onde o objetivo primordial “[...] *sigue siendo la construcción de un mundo multipolar frente al unilateralismo y la hegemonía estadounidenses, en el marco de una retórica fuertemente antiimperialista.*” Já a estratégia brasileira seria “[...] *multidimensional y se basa en el desarrollo productivo, industrial y comercial.*”

Mesmo considerando as diferenças sobre a forma de concepção das relações regionais e hemisféricas entre Brasil e Venezuela, os dois países estão conectados na busca por aprofundamento das relações regionais. “Ambas estrategias, pese a sus marcadas diferencias, responden a una visión multipolar del mundo.”, conclui Serbin (2009, p. 148). Vale destacar, por exemplo, a assinatura de acordo de cooperação estratégica entre Brasil e Venezuela em 2005, onde os dois governos “Reiteraram seu firme propósito de trabalhar em conjunto no fortalecimento das relações bilaterais para impulsionar os mecanismos estabelecidos entre ambos os países e unir esforços para a consolidação da integração em benefício de toda a região.” (BRASIL; VENEZUELA, 2005).

O fracasso das negociações da Área de Livre – Comércio das Américas (ALCA), visível na quarta reunião de Cúpula das Américas, em Mar del Plata, em 2005, demonstra a dificuldade de implementar uma agenda hemisférica que não esteja sintonizada com os interesses de parte importante dos países da região. Inclusive, para alguns autores, como Sabatini (2012), a abordagem tradicional da agenda hemisférica norte – americana focada em questões de política doméstica dos países e na questão da liberalização econômica não leva em consideração a atual configuração da região nem a motivação dos principais atores. Para esse autor “[...] além das questões de comércio, os Estados Unidos deveriam mudar o foco das questões internas de países pequenos da região para questões estratégicas mais amplas envolvendo os países maiores.” (SABATINI, 2012, p. 12). A resposta dos Estados Unidos a alguns dos novos movimentos da região ocorre principalmente em termos bilaterais e econômicos. O primeiro acordo bilateral foi assinado com o Chile, em 2003, seguido de acordos com Peru, Colômbia e Panamá. A assinatura do tratado de livre comércio entre Estados Unidos e Peru e Estados Unidos e Colômbia fez com que Venezuela abandonasse a Comunidade Andina das Nações. Observa-se que a estratégia norte-americana para a região no pós-guerra fria tem esta-

do ancorada majoritariamente em aspectos econômicos. Tal estratégia teve alguma reverberação nos anos 1990, mas vem sofrendo constantes baixas por desconsiderar a nova dinâmica regional, com destaque para as dinâmicas da América do Sul. Entretanto, não se pode ignorar que a ênfase norte-americana na liberalização comercial reverbera em setores importantes, principalmente parte importante do empresariado. A recente defesa por parte do Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) de assinatura de acordo de livre-comércio com os Estados Unidos¹ sinaliza isso.

Embora a integração regional na América Latina tenha uma dinâmica própria, não é incorreto afirmar que as negociações da ALCA serviram para fomentar projetos alternativos, como a UNASUL e a ALBA, além de consolidar determinadas mudanças no âmbito do Mercosul. Isso reforça um aspecto dos processos de cooperação e de integração entre os países da América do Sul e Latina: lidar com desafios extra-regionais.

Desde o começo dos anos 1990, as propostas de integração comercial hemisférica norte – americanas geraram respostas do Brasil no sentido de buscar fortalecer a integração regional no âmbito do Cone Sul e da América do Sul. Nos últimos anos, o Brasil tem adquirido uma nova posição de razoável proeminência internacional, parcialmente ancorada na melhoria da realidade econômica e social do país. Do ponto de vista da relação com os países vizinhos, isso contribui para que aumente o interesse na relação com o país, inclusive, do ponto de vista comercial. Ao mesmo tempo, a ampliação da presença econômica e política na região gera certo receio nos países vizinhos em relação às intenções e objetivos brasileiros, parcialmente relacionados com a própria história da relação do país com as nações da América do Sul, onde a lógica da cooperação é recente. Além disso, na medida em que há um avanço nos projetos de cooperação e de integração entre os Estados é provável o aumento na incidência de determinados conflitos, na medida em que os países se tornam política, econômica e socialmente mais interdependentes. Um desafio importante é como buscar solucioná-los, tendo em conta o que seriam algumas necessidades inerentes a um processo de integração regional e os objetivos de política externa dos países envolvidos, nem sempre coincidentes.

¹ “Robson Braga de Andrade defende acordo de livre-comércio entre o Brasil e os Estados Unidos”. Disponível em: <<http://www.fieto.com.br/Noticia.aspx?c=186fb78e-efc1-4dee-a7a3-b431e0b7ec43>>. Acesso em: 16 dez. 2013.

A política brasileira de cooperação regional, dentro das suas possibilidades, busca contribuir para a estabilidade e para o desenvolvimento econômico dos países vizinhos. Inclusive porque, na concepção brasileira, conjunturas de instabilidade além de terem potenciais de radiação deletérios, podem motivar ações dos Estados Unidos na região, situação que o Brasil tem buscado evitar (SPEKTOR, 2010). Segundo Vigevani e Cepaluni (2007), a atitude de relativa autonomia, em alguns casos a explícita sinalização de discordância com relação aos Estados Unidos e à União Européia, e a silenciosa proclamação da liderança regional são sinais que se enquadram na idéia da “autonomia pela diversificação”. Do ponto de vista dos Estados Unidos, no contexto das lideranças sul – americanas, onde alguns líderes assumem um discurso ou uma política de maior confrontação em relação aos Estados Unidos, o Brasil é visto por alguns policy makers norte - americanos como uma potencial força moderadora na região. O fato de Brasil e Estados Unidos não terem sempre a mesma visão sobre a agenda e os temas das relações hemisféricas e globais, não impede de chegarem a entendimentos e parcerias em assuntos específicos como energia, educação, defesa, entre outros (VIGEVANI, 2011).

NOVOS TEMAS EM UM HEMISFÉRIO EM TRANSFORMAÇÃO

Apesar das diferenças entre o Mercosul, a Unasul, a Alba e a Celac, todos têm como característica comum o fato de serem iniciativas que partem dos próprios países latino-americanos buscando projetar maior autonomia na relação com os Estados Unidos, inserindo-se no movimento mais geral visando uma ordem internacional multipolar. Buscam articular um espaço econômico e político latino e sul-americano a partir do fortalecimento de mecanismos de cooperação regional. A formação, em 2008, do Conselho de Defesa Sul – Americano, no âmbito da UNASUL, é algo relevante nesse sentido, já que os países da América do Sul não tinham um histórico de cooperação no tema da segurança e subordinavam a discussão dessas questões à relação com os Estados Unidos ou aos regimes e instituições criadas à sombra da hegemonia desse país, como a OEA. A criação do Conselho de Defesa Sul – Americano relaciona-se com o objetivo de fortalecer a cooperação em temas de defesa e segurança e remete parcialmente à intenção de estabelecer um contraponto à penetra-

ção dos EUA na América do Sul, mais precisamente, na região andina. Nessa perspectiva, parece haver certo esforço visando a de-securitização (BUZAN; WAEVER; WILDER, 1998)² de alguns desafios enfrentados pelos países da região. Diferentemente dos quatro órgãos básicos da estrutura da Unasul³, delineados por todos os membros em conjunto, a criação do Conselho de Defesa foi proposta exclusivamente pelo Brasil (VILLA; VIANA, 2010). A idéia é utilizar a institucionalidade própria da UNASUL para solucionar controvérsias e tensões na região, como ocorreu nos casos da crise institucional da Bolívia em 2008, da reação à utilização de bases militares dos Estados Unidos na Colômbia, da tensão entre Colômbia e Venezuela, em julho de 2010 e da deposição do Presidente do Paraguai, Fernando Lugo, em junho de 2011.

Além das ameaças extra-regionais que, em certa medida, impulsionam os esforços de cooperação no tema da segurança e defesa, há também desafios regionais, endógenos ao processo de maior conexão entre os países como: a questão da gestão das zonas de fronteira face às migrações, os ilícitos transnacionais, os contenciosos envolvendo interesses de cidadãos e empresas nacionais nos países vizinhos, situações de instabilidade política, segurança energética, entre outros. Do ponto de vista do Brasil, a UNASUL desempenha papel político importante, já que nem todos os países da América do Sul teriam a possibilidade de ser sócios plenos do Mercosul, como o Peru e a Colômbia, que têm tarifas muito baixas e acordos de livre – comércio com os Estados Unidos. Além disso, a formação do bloco consolida a estratégia brasileira que vem sendo delineada, desde 1993, de fortalecer a integração sul – americana (SARAIVA, 2010).

Outro fator importante para o entendimento do que seria uma nova dimensão na relação entre os Estados Unidos e a América Latina é o impacto da emergência da China e a relação dos países da região com o gigante asiático. Em geral, é possível considerar que a ação norte – ame-

² Para entender a noção de de-securitização, é necessário considerar o significado de securitização, termo que parte da idéia de que a noção de segurança não é objetiva, mas socialmente construída. Securitização, nesse sentido, seria “o uso da retórica da ameaça existencial com o objetivo de levar um assunto para fora das condições da ‘política normal’” (BUZAN; WAEVER; WILDER, 1998, p. 24), de modo a justificar a adoção de procedimentos de emergência. Nesse sentido, a de-securitização corresponde aos esforços retóricos com vistas a remover determinado objeto da lógica emergencial, visando tratá-lo por meio da política normal.

³ O bloco sul-americano é constituído pelo Conselho de Chefes de Estado e Governo (principal órgão decisório da Unasul); o Conselho dos Ministros das Relações Exteriores; o Conselho de Delegados; e a Secretaria Geral.

ricana em relação aos países da América Latina tende a ganhar contornos mais específicos e diretos nas situações em que a ação de outras potências ameacem seus interesses na região ou coloquem em questão a sua influência. Numa perspectiva similar, Sabatini (2013, p. 2) afirma que *“Much of US policy toward the region has been guided by a long historical view of its hemisphere neighbors as a partner against potential threat by outside powers.”* Ainda não é possível entender totalmente se esse é o caso da China, apesar da crescente atuação do gigante asiático na América Latina e do Sul, como demonstram, entre outros, os financiamentos a projetos diversos em países da região, as reuniões de alto nível, os acordos de livre - comércio com Chile, Costa Rica e Peru, além do expressivo intercâmbio comercial com o Brasil e a Argentina.

Ainda assim, seria um equívoco inferir que os Estados Unidos possuem pouca importância econômica para os países da América Latina e do Sul. O sistema econômico norte-americano, desde o pós II Guerra Mundial, é o principal responsável pela saúde da economia mundial e seus movimentos são sentidos em todas as economias do mundo. O dólar norte-americano, símbolo do poder político e econômico dos Estados Unidos é a principal reserva de valor do sistema econômico mundial. Robert Gilpin (2002, p. 155) resume bem a situação: “se os Estados Unidos crescia, o mundo crescia; se o seu comportamento diminuía, o mesmo acontecia com o resto do mundo”. Mesmo hoje, e as conseqüências da crise econômica de 2008 sinalizam isso, a situação não é muito diferente. Portanto, existem outros fatores, para além da balança comercial que destacam a importância dos Estados Unidos nos assuntos econômicos da América do Sul e do mundo. Não obstante, a importância que a China vem ganhando no comércio internacional é algo a se destacar. Além de superar os Estados Unidos em importância para alguns países da América do Sul, a China é hoje a principal responsável pelo déficit comercial dos Estados Unidos. Em 2000, 8,14% das importações norte-americanas eram chinesas, enquanto que em 2009 a China já era responsável por 18,85% (UN CONTRADE, 2012). A situação se torna ainda mais grave ao olhar sobre a ótica do déficit comercial norte-americano. Em 2009, a China foi responsável por 44,82% do déficit comercial de bens dos Estados Unidos, cerca de 226 bilhões de

dólares (ao todo, em 2009, os norte-americanos acumularam cerca de 506 bilhões de dólares em déficit comercial de bens).

A crescente participação chinesa no comércio mundial também teve desdobramentos na América Latina. Em um dos hearings realizado no Congresso norte-americano sobre a relação com a América Latina, este assunto chamou a atenção: “China has become the most important trade partner for the Socialist Coalition countries [...] *One statistic says it all: exports to Latin America from China have increased by more than 600 percent since the year 2000*” (COMMITTEE ON FOREIGN AFFAIRS, 2009, p. 43). Dumbaugh e Fullivan (2005), em relatório enviado ao Congresso norte-americano, afirmam que “some analysts maintain that China’s involvement in the region could pose a future threat to U.S. influence.” Santibañes (2009, p. 22) vai mais longe ao afirmar que “As some nations move toward China and others do not, a similar situation to the one we saw during the Cold War, in which states supported by one superpower confronted those that received the support of the other, might emerge.”

Já a balança comercial entre Brasil e Estados Unidos variou bastante durante a primeira década do século XXI. Segundo os dados oficiais dos Estados Unidos (U.S. DEPARTMENT OF COMMERCE, 2012), os Estados Unidos fecharam este balanço nos anos de 2000 e 2001 com saldo positivo, com superávit de cerca de 1,5 bilhões de dólares em cada um destes anos. De 2002 até 2007 o Brasil passa a ser superavitário, chegando a ter 9,28 bilhões de dólares em 2005 de superávit comercial com os Estados Unidos, cerca de 1,1% do total do déficit comercial deste país. A década se encerra com uma nova virada, pois em 2008 e 2009 os Estados Unidos são superavitários (1,6 bilhão e 5,8 bilhões de saldo, respectivamente).

Segundo dados da UN CONTRADE (2012), os Estados Unidos foram durante toda a década um importante parceiro comercial do Brasil, com média de 18,8% da composição da pauta durante a primeira década do século XXI. A China tem crescido rapidamente, saindo de 1,9% em 2000 e atingindo 15,5 em 2010. Em 2009, no auge da crise financeira, a China ultrapassa os Estados Unidos como maior destino dos produtos brasileiros. A pauta básica das exportações para a China é composta de produtos básicos, como soja, celulose e combustíveis. Já a pauta de exportação para os Estados Unidos é mais diversificada. Em 2010, 53% das ven-

das brasileiras para o mercado norte-americano foi de bens manufaturas, enquanto que 25% de commodities e 22% de combustíveis.

Do ponto de vista de alguns países da América Latina, o aumento do intercâmbio com a China pode aumentar o poder de barganha com Washington e viabilizar políticas de maior autonomia. A questão é que pode também gerar novas formas de dependência, de tipo centro-periferia, já que a pauta exportadora para o país asiático é composta principalmente de commodities agrícolas e minerais. No caso do Brasil, no ano de 2011, as exportações para a China somaram US\$ 44,3 bilhões e as importações US\$32,8 bilhões. Há um saldo favorável, mas os principais produtos exportados são: minério de ferro, petróleo, soja, açúcar e pastas químicas de madeira, representando 86% do total exportado para a China em 2011, enquanto que as importações concentram-se em equipamentos industrializados e manufaturados (MORTATTI; MIRANDA; BACCHI, 2011).

De acordo com Vadell (2011) embora no curto prazo a relação com a China estimule o crescimento da região, há implicações diferenciadas no médio e longo prazo, especialmente, para os países com setores industriais mais expressivos. As oportunidades oferecidas pelas relações com a China para grupos empresariais ou sociais dos diferentes países da região podem consolidar uma dinâmica não diretamente convergente com a integração regional, pois seus benefícios independem da complementaridade produtiva regional ou de outros esforços maiores de cooperação entre os países. Em alguns casos, os excedentes no intercâmbio com o gigante asiático podem diminuir o interesse na integração regional por parte de atores domésticos relevantes de países da América Latina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O questionamento da centralidade dos Estados Unidos, a ascensão da China, o papel do Brasil, as posições da Venezuela, o surgimento de novas organizações sul e latino – americanas, a emergência de novas lideranças políticas na região, a situação econômica internacional e as dificuldades dos países desenvolvidos, são alguns dos fatores que influenciam as relações interamericanas e os processos de integração regional na América Latina e do Sul. São fatores que permitem pensar sobre a possí-

vel estruturação de novas dimensões nas relações entre os Estados Unidos e os países da América Latina. O contexto hemisférico e global da sexta reunião de Cúpula das Américas, realizada em Cartagena, na Colômbia, em abril de 2012, foi certamente diferente do contexto de realização da primeira reunião, realizada em Miami, em 1994. A posição do Presidente Barack Obama, na reunião de Trinidad e Tobago, em 2009, de enfatizar a dimensão do respeito mútuo nas relações entre os Estados Unidos e a América Latina e de construção de ações a partir de interesses comuns e valores compartilhados parecia indicar a possibilidade de novas perspectivas. Contudo, poucos foram os avanços nessa direção; evidentes também nos limitados resultados da reunião de Cartagena de 2012. O episódio da crise de Honduras e as distintas posições assumidas pelos Estados Unidos e pelos países latino – americanos sugere perspectivas distintas. Assim como no caso da situação recente no Paraguai; além da questão de Cuba.

Na perspectiva latino e sul – americana parece forte a idéia de criar ou consolidar novos espaços de concertação política visando uma nova identidade regional, como representado pela criação da UNASUL e da CELAC, ainda que os contornos mais específicos e a efetividade dessas novas instituições ainda não estejam totalmente claros, além de haver determinadas diferenças entre os países sobre como os novos caminhos devem ser trilhados. A contestação explícita ou implícita da presença norteamericana por parte de alguns países da região se desdobrou na criação e intensificação de projetos como a UNASUL, a ALBA e a CELAC, apesar das suas diferenças. O esvaziamento das negociações em torno da Alca e a queda relativa de participação dos Estados Unidos na pauta comercial da região são dois exemplos desta tendência. Embora com características específicas, tanto em número de participantes quanto na amplitude dos temas abordados, os novos projetos de cooperação e integração possuem um ponto em comum: promover o desenvolvimento regional sem a dependência da potência do norte. A crescente atuação chinesa na região, superando os Estados Unidos como destino das exportações de alguns países, financiando projetos de infra-estrutura e estabelecendo acordos de cooperação bilateral com uma série de países é algo a ser verificado, inclusive, nas suas conseqüências para os projetos de integração da região.

Do ponto de vista norte-americano, a partir de 2001, com as novas prioridades estratégicas em termos de regiões e temas da política externa, com destaque para questões de segurança e de combate ao terrorismo, a importância da América Latina no conjunto da política externa norte - americana diminuiu consideravelmente. Não há uma política estruturada para a América Latina, o que para muitos na região é considerado algo positivo, tendo em conta um histórico intervencionista e destabilizador que marcou parte da política norte – americana para o hemisfério. Há ações focadas em relações bilaterais, principalmente com os países da América Central e do Caribe, com o México, com os países andinos e com o Brasil, o que sinaliza também a dificuldade e/ou inexistência de uma abordagem hemisférica.

Na perspectiva das instituições domésticas norte – americanas, no Congresso, no Departamento de Estado, na Casa Branca, é escassa a relevância atribuída à região, principalmente em termos comparativos. Além disso, a política externa é formulada num contexto onde o foco da ação do país é a recuperação econômica dos efeitos da crise de 2008 e a geração de empregos, onde parcelas mais conservadoras do eleitorado ganham mais espaço. Na política externa, a ordem de prioridades parece ser estabelecida pela percepção de ameaças (AYERBE, 2009). Para a América Latina há gestões específicas para a questão do combate ao comércio ilícito de drogas e armas e para o tema das imigrações. Também certa preocupação difusa, principalmente no Congresso e em alguns think tanks, com a ALBA e seus países integrantes, ainda que esse projeto de integração tenha um impacto muito localizado na configuração política e econômica regional.

REFERÊNCIAS

- AYERBE, Luis Fernando. Bush e Obama: estratégias e concepções do uso do poder na América Latina. *Política Externa*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 115-128, 2009.
- BOTELHO, João Carlos. La creación y la evolución de UNASUR. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 299-324, 2008.
- BRASIL; VENEZUELA. *Comunicado conjunto: aliança estratégica Brasil - Venezuela*, 2005. Disponível em: <<http://www.otca.org.br/br/noticias/noticia.php?idNoticia=207&tipoN=3>>. Acesso em: 16 dez. 2013.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. *Security: a new framework for analysis*. Boulder: Lynne Rienner, 1998.

CARMO, Corival Alves; PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Brazil and Venezuela Leftist Projects: a balance of Luis Inácio Lula da Silva and Hugo Chávez Agendas*. [S.l.]: LAP LAMBERT Academic Publishing, 2012.

COMMITTEE ON FOREIGN AFFAIRS. *US Policy toward Latin America in 2009 and beyond*. Washington: Committee on Foreign Affairs, 2009.

DUMBAUGH, K.; SULLIVAN, M. P. *China's Growing Interest in Latin America*. Washington: CRS, 2005.

GILPIN, Robert. *A economia política das relações internacionais*. Brasília, DF: UnB, 2002.

GRANOVSKY, Martin. El Mercosur es “antinorteamericano”. *El País*, 7 mar. 2001. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-163623-2011-03-07.html>>. Acesso em: 16 dez. 2013.

HAKIM, Peter. Is Washington Losing Latin America?. *Foreign Affairs*, v. 85, n. 1, 2006.

KLONSKY, Joana; HANSON, Stephanie. *Mercosur: South America's Fractious Trade Bloc*. Washington: Council on Foreign Relations, 2012. Disponível em: <<http://www.cfr.org/trade/mercosur-south-americas-fractious-trade-bloc/p12762>>. Acesso em: 19 dez. 2013.

LOWENTHAL, Abraham; WHITEHEAD, Laurence; PICCONE, Theodore (Org.). *Obama e as Américas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011.

MORTATTI, Caio M.; MIRANDA, Silvia H.; BACCHI, Miriam Rumenos. Determinantes do comércio Brasil – China de commodities e produtos industriais: uma aplicação VECM. *Economia Aplicada*, v. 15, n. 2, p. 311–335, 2011.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A new strategic dialogue: Brasil – US Relations in Lula's Presidency. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, v. 53, p. 132-150, 2010. Número especial.

SABATINI, Christopher. Rethinking Latin America. *Foreign Affairs*, p. 8–13, Mar./Apr. 2012.

SABATINI, Christopher. Will Latin America Miss U.S. Hegemony? *Journal of International Affairs*, v. 66, n. 2, 2013.

SANAHUJA, José A. Del regionalismo abierto al regionalismo post – liberal. *Anuário de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe*, v. 7, p. 11-54, 2009.

SANTIBAÑES, Francisco. D. An end to U.S. hegemony? The strategic implications of China's Growing Presence in Latin America. *Comparative Strategy*, v. 28, n. 1, p. 17-36, 2009.

SARAIVA, Miriam G. Brazilian Foreign Policy towards South America during the Lula administration: caught between South America and Mercosur. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, v. 53, p. 151-168, 2010. Número especial.

SERBIN, Andrés. América del Sur en un mundo multipolar: ¿es la Unasur la alternativa? *Nueva Sociedad*, n. 219, p. 145-156, 2009.

SERBIN, Andrés. Regionalization in new scenarios: democratic deficits and civil society participation in South American regionalism. *Documentos CRIES*, Oct. 2011. Disponível em: <<http://www.cries.org/wp-content/uploads/2011/12/Documentos-17-ingles.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2013.

SPEKTOR, Matias. Idéias de ativismo regional: a transformação das leituras brasileiras da região. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, v. 53, p. 25-44, 2010.

STAROBINAS, Marcelo. Brasil e EUA voltam a negociar criação da Alca. *BBC Brasil*, 30 set. 2003. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/economia/story/2003/09/030930_alcamps.shtml>. Acesso em: 19 dez. 2013.

SULLIVAN, Mark; OLHERO, Nelson. *Venezuela: political conditions and U.S. policy*. Michigan: Nova Science Publishers, 2008.

UN Comtrade Database. Disponível em: <<http://comtrade.un.org/>> Acesso em: 9 jul. 2012.

U.S. Department of Commerce. *Economic Indicators*. [2012]. Disponível em: <<http://www.esa.doc.gov/about-economic-indicators>>. Acesso em: 9 jul. 2012.

VADELL, Javier. A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do consenso do pacífico. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, supl. 1, p. 57-79, 2011.

VIGEVANI, Tullo. *Relações Brasil – Estados Unidos*. Brasília, DF: CEPAL, Escritório no Brasil: IPEA, 2011. 48 p. (Textos para Discussão CEPAL–IPEA, 30). Disponível em: <http://www.eclac.org/brasil/publicaciones/sinsigla/xml/4/43434/CEPAL_30.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2012.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 273-335, 2007.

VILLA, Rafael Antonio Duarte; VIANA, Manuela Trindade. Security issues during Lula's administration: from reactive to assertive approach. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, v. 53, p. 91-114, 2010. Número especial.

WAINIO, John et al. Are Competitors' Free Trade Agreements Putting U.S. Agricultural Exporters at a Disadvantage? *Amber Waves*, v. 9, n. 2, June 2011. Disponível em: <<http://www.ers.usda.gov/AmberWaves/June11/Features/CompetitorsFTA.htm>>. Acesso em: 9 jan. 2014.